

ECOLOGIA POLÍTICA E PRÁXIS TERRITORIAL



Mercedes Bresso

Economista, Parlamento Europeu - UE
Contato: mbresso10@gmail.com

Claude Raffestin

Geógrafo, Universidade de Genebra
Contato: craffestin@hotmail.com

Marcos Aurelio Saquet

Doutor em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente
Contato: saquetmarcos@hotmail.com

Como citar: BRESSO, M.; RAFFESTIN, C.; SAQUET,
M. A. Ecologia Política e Práxis Territorial. *Revista
Formação (Online)*, v. 31, e024002, 2024.

Recebido: 20/12/2023

Aceito: 25/03/2024

Data de publicação: 28/06/2024

Resumo

É impressionante a quantidade de textos já publicados tendo como base metanarrativas empolgadas e empolgantes sobre a ecologia política, porém, normalmente, não ultrapassam o nível do discurso. Muitos textos sequer contêm uma concepção de mundo coerente com a narração, portanto, reproduzem-se teorias, categorias e conceitos sem o devido cuidado teórico-metodológico e político. Então, resolvemos refletir sobre o tema numa perspectiva mais geral, porém, feita a partir do que já fizemos no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. Assim, num primeiro momento, destacamos alguns aspectos que consideramos fundamentais da dimensão territorial de uma ecologia política de fato comprometida com o presente-futuro da humanidade, reflexão seguida por considerações de uma práxis territorial que, ousadamente, consideramos descolonial e bastante coerente com nossa visão de mundo. Um dos resultados é que os circuitos curtos de produção de alimentos, circulação e consumo são uma das alternativas, já muito bem demonstradas e refletidas, para praticar uma ecologia política responsável social e ambientalmente. Outro resultado observado, é o de que necessitamos de uma substantiva subversão na ciência hegemônica – universalista e globalizante -, nas técnicas e tecnologias cada vez mais difundidas em nível mundial, a favor das singularidades (i)materiais de cada tempo-território.

Palavras-chave: Ecologia política. Circuitos curtos. Pesquisa-ação-participativa. Ciência territorial popular.

POLITICAL ECOLOGY AND TERRITORIAL PRACTICE

Abstract

The abundance of texts already published, founded on captivating metanarratives concerning political ecology, is remarkable. However, they frequently fail to transcend the realm of discourse. Many texts lack a coherent conception of the world that aligns with their narratives. Consequently, theories, categories, and concepts are often reproduced without adequate theoretical-methodological and political scrutiny. Thus, we have chosen to contemplate the subject from a broader perspective, drawing upon our experiences in teaching, research, and university extension. Initially, we delineate fundamental aspects of the territorial dimension within a political ecology genuinely committed to the present and future of humanity. This reflection is followed by considerations of a territorial praxis that we boldly assert as decolonial and entirely consistent with our worldview. One notable outcome is the recognition of short circuits in food production, circulation, and consumption as viable alternatives, extensively demonstrated and pondered upon, for practicing socially and environmentally responsible political ecology. Another observed outcome underscores the necessity for substantial subversion within hegemonic science – characterized by its universalist and globalising tendencies - in favor of the (im)material singularities of each time-territory.

Keywords: Political ecology. Short circuits. Participatory-action-research. Popular territorial science.

ECOLOGÍA POLÍTICA Y PRAXIS TERRITORIAL

Resumen

La cantidad de textos ya publicados basados en apasionantes metanarrativas sobre ecología política es impresionante, pero normalmente no van más allá del nivel del discurso. Muchos textos ni siquiera contienen una concepción del mundo coherente con la narración, por lo que teorías, categorías y conceptos se reproducen sin el debido cuidado teórico-metodológico y político. Entonces, decidimos reflexionar sobre el tema desde una perspectiva más general, pero a partir de lo que ya hemos hecho en docencia, investigación y extensión universitaria. Así, en un primer momento, destacamos algunos aspectos que consideramos fundamentales de la dimensión territorial de una ecología política efectivamente comprometida con el presente-futuro de la humanidad, reflexión seguida de consideraciones sobre una praxis territorial que, audazmente, consideramos decolonial y bastante coherente con nuestra visión del mundo. Uno de los resultados es que los circuitos cortos de producción, circulación y consumo de alimentos son una de las alternativas, ya muy bien demostradas y reflexionadas, para practicar una ecología política social y ambientalmente responsable. Otro resultado observado es que necesitamos una subversión sustancial en la ciencia hegemónica – universalista y globalizante -, en las técnicas y tecnologías que están cada vez más extendidas en todo el mundo, a favor de las singularidades (in)materiales de cada tiempo-territorio.

Palabras clave: Ecología política. Circuitos cortos. Investigación-acción-participativa. Ciencia territorial popular.

INTRODUÇÃO

O debate ecológico, em nível internacional, está ganhando força, especialmente, em virtude das mudanças climáticas percebidas e vividas nos últimos 30 anos. Também é evidente, em distintos espaços do planeta, a rápida expansão da homogeneização mercantil, financeira e tecnológica, influenciando os mais distintos hábitos cotidianos, sejam eles mais recentes, sejam mais remotos e consolidados. Mesmo assim, ainda estamos muito distantes de uma prática cotidiana de fato responsável com o outro e com a natureza exterior aos nossos corpos, considerando, evidentemente, a pluridimensionalidade que condiciona a reprodução da nossa vida social-natural-cosmológica.

Assim, temos clareza de que precisamos acelerar a construção participativa, dialógica, reflexiva, territorial e sustentável de outras formas de vida, no campo e na cidade, nas mais diferentes latitudes e longitudes do planeta. Acelerar significa ganhar tempo para bilhões de pessoas pobres ou miseráveis, para pessoas que morrem de doenças simples, estão em guerras ou em outras situações de vulnerabilidade. Visamos acelerar sem perder qualidade e profundidade, contribuindo cada vez mais para resolver problemas, gerando soluções comuns para quem vive no mesmo planeta.

Portanto, temos clareza de que, rever as bases territoriais da ecologia política, é fundamental, (re)orientando, como problemática de pesquisa-ação, nossas pesquisas e demais ações dentro e fora das escolas. As mudanças precisam ser substantivas, no campo e na cidade, nos processos econômicos, (geo)políticos, ambientais e culturais, reconstruindo as bases materiais e imateriais da sociedade atual. As necessárias e urgentes mudanças perpassam a pluridimensionalidade da nossa vida, portanto, a ciência, as categorias e os conceitos que, normalmente, reproduzimos internacionalmente.

A globalização, por meio dos seus fortíssimos sujeitos e suas múltiplas facetas, vai corroendo solidariedades e cooperações, florestas e outras naturezas, no entanto, há seculares resistências em distintos tempos e espaços planetários. Resistências estas, notadamente dos povos originários e tradicionais, bem como de diferentes grupos camponeses, coletores e pescadores, que precisam ser mais pesquisadas, ampliadas e potencializadas a favor de territorialidades e temporalidades outras, mais simétricas, horizontais, transparentes, democráticas e, obviamente, sustentáveis na longa duração.

Então, a sustentabilidade não pode estar restrita à discursos acadêmicos e (geo)políticos, mesmo que sejam empolgantes e empolgados. A prática ecológica – nesta grafia -, deve estar presente em nossas visões de mundos, pesquisas, aulas e demais ações cotidianas, dentro e fora

de casa, dentro e fora das escolas, caracterizando-se, portanto, como práxis territorial sustentável para todos.

E, uma das formas de viver uma ecologia política responsável ambiental e socialmente, já bem experimentada e demonstrada empírica e reflexivamente, é por meio dos circuitos curtos de produção-circulação-consumo de alimentos agroecológicos e típicos (também tópicos), porque contribuem eficazmente para diminuir os custos de transporte, as intermediações mercantis e a geração de gás carbônico. Ao mesmo tempo, produz-se alimentos com manejo adequado do solo, das águas e das plantas, muitas vezes comercializados num mercado justo e solidário. Então, há ganhos culturais, políticos e ambientais para todos, inclusive, obviamente, para nossa casa comum.

Este e outros processos podem e precisam ser socializados, ampliados e tornados mais profundos, o que pode ser feito por meio de uma ciência territorial, popular e sustentável, participativa e sem tantas fragmentações, feita por dentro e por fora das universidades. Deste modo, podemos valorizar saberes e fazeres, distintos sujeitos, seus sonhos e necessidades, cuidando dos diferentes ecossistemas, coproduzindo conhecimentos e soluções, consoante tentaremos argumentar a seguir.

As raízes territoriais da ecologia

Nesta reflexão, vamos debater um tema da ecologia que está quase fora da discussão internacional, ou seja, o da complexidade e diversidade, no nível dos territórios, tendo em vista a criação de uma economia ambientalmente sustentável. Na nossa vida cotidiana, não pode prevalecer a utilização predatória, como acontece atualmente, comprometendo a reprodução da natureza em virtude da reprodução ampliada do capital. A sustentabilidade da natureza deve ocorrer na longa duração, garantindo a sustentabilidade das pessoas, permitindo a satisfação das necessidades também num longo período.

Recordando o relatório da ONU, apresentado na Rio 92, estes temas estavam presentes na definição do desenvolvimento sustentável. Porém, atualmente, a economia mundial está caracterizada cada vez mais por uma globalização frenética, na qual, o objeto de troca não são mais matéria-prima, produtos e tecnologias não disponíveis nos países que importam: as mercadorias são, sobretudo, aquelas produzidas onde o trabalho custa menos, onde as medidas de proteção ambiental são negligenciadas e onde o capital natural é explorado sem sua reprodução.

Os custos de transporte foram minimizados graças aos baixos preços dos combustíveis fósseis. Desta forma, a pobreza e o desemprego foram criados em muitos países industrializados onde as medidas de bem-estar e os salários são cada vez mais comprimidos, onde os estados se endividam para conter as crescentes desigualdades, mas vêm as empresas mais fortes fugir para paraísos fiscais. A transferência de muitas produções ou parte delas para países com baixos custos laborais favoreceu alguns dos processos de desenvolvimento, mas com custos ambientais e sociais muito elevados.

Esta globalização não regulamentada fez com que muitas grandes empresas, até mesmo indivíduos, tivessem orçamentos, ativos e rendimentos superiores aos de muitos estados. Também acabou por fazer os produtos todos iguais, sem raízes territoriais e singularidades, homogeneizados pelo mercado global.

Contudo, algo está mudando, ainda que num nível modesto: muitas pessoas estão procurando bens identificáveis, sobretudo alimentos. Em suma, está em curso uma primeira tentativa de redescobrir a essência territorial dos produtos que utilizamos e de contrariar à homogeneização sufocante do mundo que, além disso, tem enormes custos ambientais.

Vejamos um exemplo: durante muitos anos os produtos alimentares que chegavam às nossas lojas não eram identificáveis em termos de origem e, muitas vezes, nem mesmo em termos de variedade. Recentemente, as regras de distintos países e a introdução do princípio da aquisição “zero quilômetro” ou de circuitos curtos, mudaram radicalmente as coisas: cada vez mais pessoas estão preocupadas com a origem e a qualidade dos produtos e acreditam que isso é melhor garantido pelos alimentos provenientes do seu território e cujas técnicas de produção são controláveis, incluindo as da agricultura orgânica.

Retomando o conceito expresso por Claude Raffestin, por meio do ciclo TDR (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização), centrado nas relações sociedade-natureza e tempo-espaço, podemos descrever o processo desta maneira (Raffestin, 1984, 2010):

Primeira fase: a territorialização (com duração milenar) que produziu a domesticação e a seleção de sementes, produtos e variedades vegetais, bem como de distintos animais adaptados a certo território, aconteceu conforme os tipos de solo, disponibilidade de água, insolação, enfim, das condições ecológicas. Toda nossa agricultura tradicional (anterior à chamada modernização agrícola) era, de modo geral, baseada nestes princípios.

Segunda fase: na desterritorialização, sob forte influência do comércio, as variedades, origens e a qualidade específica dos produtos, vão desaparecendo e são substituídas por produtos padronizados (*standardizzati*), muito parecidos, processo no qual a diversidade resulta da grande variedade de versões do mesmo produto. Este processo acontece há muito tempo,

porém, recentemente conseguiu níveis paradoxais: se você pegar a rua principal de Auckland, Nova Zelândia, encontrará lojas das mesmas marcas (Dior, Armani, Prada, H&M, Zara etc.), que você encontrará em uma rua de Nova York ou Milão ou São Paulo. E mais, suas roupas ou acessórios são confeccionados em locais que nada têm a ver com o local de origem da marca. Então, podemos comprar um vestido Armani em Auckland, feito sabe-se lá onde, que só tem o nome italiano, pensando em comprar o estilo “italiano”. Pensem nas grandes redes norte-americanas, que vendem hamburger, pizza, café etc.: são os mesmos produtos em diferentes países do mundo.

Esta fase ainda não terminou, mas algo está mudando, mesmo para estes produtos típicos da globalização; hoje, muitos tentam mostrar que ocorre certa territorialização do seu produto, ocorre com o sanduíche feito na Itália, ou com o molho que contém azeitonas italianas, ou com cervejas feitas no Sul do Brasil no âmbito da cultura dos descendentes de alemães ali instalados e reproduzidos a partir de 1824. Os resultados são, muitas vezes, grotescos, porém, estão aí, presentes, entre as contradições sociais e territoriais, para serem analisados e refletidos.

Terceira fase: a reterritorialização iniciada com a tendência de compra definida nos projetos de “quilômetro zero” ou circuitos curtos, acontece com a recuperação dos produtos locais e da identificação das suas variedades territoriais, bem como por meio da implantação das “denominações de origem”, da redescoberta de variedades antigas (nativas ou crioulas) e de outros produtos integrados em culturas e ecossistemas locais. Isto não significa o retorno a sistemas autárquicos, mas implica a capacidade do consumidor escolher os produtos típicos (ou tópicos) do seu território ou de escolher um produto de outro lugar em virtude da sua especificidade orgânica, nutricional e cultural. Se, em Paris, compramos uma mussarela italiana autêntica, sabemos que não é de circuito curto, mas a escolho em razão da sua singular qualidade. Se consumo cervejas artesanais, no Paraná, produzidas em Santa Catarina ou mesmo no Paraná, também as escolho em virtude da qualidade e da tradição cultural, considerando, evidentemente, o poder de compra de cada consumidor.

E aqui, sobre os circuitos curtos, cabe evidenciar apenas que a literatura internacional é larga e diversa, então, destacamos apenas os seus múltiplos conteúdos, a saber, relacionados à proximidade geográfica, organizacional e institucional (Gilly; Torre, 2000). Os circuitos ou redes curtas, por meio das territorialidades existentes entre o campo e a cidade, entre o urbano e o rural, normalmente, estão centradas em relações de cooperação e confiança entre produtores e consumidores, com sinergia e solidariedade. Já está bem demonstrado que estas redes colocam à disposição dos consumidores produtos locais, muitas vezes específicos, com atributos culturais e ecológicos, caracterizando fortes vínculos entre identidade, cultura, rede

organizativa e território (Belliggiano; De Rubertis, 2012; Ventura; Brunori; Milone; Berti, 2012; Dansero; Puttilli, 2014).

Num certo sentido, como já é conhecido, podemos falar de um comércio e consumo consciente que também procura produtos raros ou exóticos, mas ao mesmo tempo tende a preferir, em regra, aqueles que estão próximos do local onde vive o consumidor. A relação produtor/território-consumidor/território, portanto, tem centralidade nesta concepção de ecologia política que, talvez, possa ser adjetivada pelo termo “dos alimentos”, na geopolítica mundial e na globalização econômico-cultural.

O processo de reterritorialização não pode, certamente, ser limitado aos produtos agrícolas; pode-se ter em mente e na prática cotidiana, a identificação e revalorização de muitos produtos industrializados que estão, atualmente, dispersos em muitos territórios articulados entre si por meio de muitas, complexas e intensas redes.

A produção de automóveis é muito diferente dos circuitos curtos, porque suas peças são fabricadas em diversos e diferentes países, provocando intensos e extensos deslocamentos causados pelo baixo custo dos transportes, no entanto, sobretudo, pelos baixos salários pagos pelo trabalho em determinados países e pelos subsídios estatais para grandes empresas.

A mudança da tributação do trabalho para as matérias-primas, energia e transportes poderia permitir a recomposição de certas produções em locais onde existem competências tecnológicas e profissionais, bem como, aproveitando as singularidades edafoclimáticas e culturais. Isto permitiria reterritorializar produtos de qualidade e reduzir os custos ecológicos e sociais de produção e transporte.

Também aqui não se trata de autarquia, mas sim da valorização das especificidades, dos bens de um território e das competências da sua população. Isto permitir-nos-ia também considerar a autonomia estratégica dos sujeitos e dos seus territórios, pelo menos para os produtos mais importantes para a população local e regional.

A questão da reterritorialização precisa, obviamente, ser abordada também no domínio dos serviços, muitos dos quais foram objeto de uma violenta globalização: pensemos, por exemplo, na Amazon, com o quase monopólio das vendas online, na Airbnb, que controla uma grande parte do aluguel de casas e apartamentos, no Trip Advisor para hotéis e, claro, nas grandes redes sociais que muita gente conhece e utiliza diariamente.

Nestes casos, a necessidade de recriar condições de concorrência, incluindo a concorrência territorial, é absoluta mas, ao mesmo tempo, muito difícil: poder-se-ia imaginar a mobilização de inteligências e competências para oferecer locais turísticos de melhor qualidade ligados à especificidade dos territórios, para compras online ligadas ao destaque da proximidade

da produção dos bens e da sua qualidade etc. De um modo mais geral, os jovens criativos de um território poderiam ser incentivados a inventar locais originais, públicos e competitivos, porque se baseiam na qualidade e na territorialidade específica de cada tempo e espaço. A legislação tributária poderia contribuir para a mudança do sistema de conveniência, favorecendo-se os produtos típicos e tópicos, e os circuitos curtos (Bresso, 2021).

Assim, ainda é importante mencionar o turismo, refletindo sobre como ocorre a territorialização desta atividade em períodos de férias e outros passeios. Podemos diferenciar dois tipos de turismo:

O primeiro, é o de descobertas e de conhecimentos relativos a determinados lugares do planeta, como Veneza. Sua singularidade histórico-cultural, arquitetônica, religiosa, política e edafoclimática justifica deslocamentos feitos a longa distância, com consideráveis custos ambientais gerados em cada viagem turística.

O segundo, parte da consideração de que a maioria dos movimentos, hoje muitas vezes até de longa distância, dizem respeito a locais cuja particularidade é fruto essencialmente de uma boa publicidade. Este é o tipo de turismo que pode ser, pelo menos parcial e progressivamente, reterritorializado. Uma bela praia e um simpático hotel com piscina podem ser encontrados em lugares não muito distantes, em curtas distâncias do local de residência.

Isto significa que outras formas locais de turismo poderiam ser realizadas (morros, montanhas, lagos, pequenas aldeias, rios, cachoeiras, construções arquitetônicas específicas de cada território, festas tradicionais etc.) onde investimentos na qualidade da hospitalidade, da gastronomia, de atividades culturais, poderão atrair os turistas cultural e ambientalmente conscientes a passarem férias “ecológicas” e “culturais”, curtidas em circuitos curtos, perto de casa e em locais muito agradáveis. Tudo isto pode ser conseguido diminuindo os custos dos transportes, a geração de gás carbônico, e outros impactos ambientais e sociais, favorecendo fiscalmente os territórios a partir das suas singularidades naturais e culturais, potencializadas em termos de turismo sustentável (Bresso, 2021).

Para não nos alongarmos, ilustramos brevemente. As termas da Puglia (Itália) tornaram-se um local mítico para os turistas, apesar de estarem em espaços muito quentes, muitas vezes longe do mar e imersas em terrenos agrícolas. Por que não pensar em operações semelhantes nos muitos belos edifícios rurais que temos em todas as partes dos nossos territórios? Por que ir tão longe para encontrar uma singularidade que, embora de diferentes formas, pode ser encontrada em todo o lado, sem aumentar a pegada ambiental? As pequenas fábricas familiares de queijos e salames, no Sul do Brasil, não podem ser mapeadas, divulgadas e potencializadas para o turismo cultural e gastronômico? Os estabelecimentos rurais de encosta do planalto, onde

há cachoeiras, grutas religiosas e cultivos agroecológicos, não são uma potência instalada em cada território? Por que viajar, necessariamente, longas distâncias, do Oeste para o Leste do Brasil, para frequentar praias que, muitas vezes, estão impróprias para banho?

Estas e muitas outras ilustrações revelam como o ciclo TDR pode ser utilizado como orientação político-administrativa, pedagogicamente formativa, no reordenamento territorial sustentável, na produção de alimentos e de espaços recreativos e de turismo para as populações locais e regionais etc. Por meio do processo TDR, podemos compreender profundamente a relação dos homens (em termos genéricos, portanto, relativo à distintos gêneros) com seus territórios, de maneira histórico-crítica e propositiva, a ponto de influenciar ações conjuntas entre Estado-empresas-sociedade civil (ONGs, associações urbanas e rurais, cooperativas familiares, sindicatos etc.).

Quando falamos em renaturalização do ambiente e proteção da biodiversidade, estamos tratando da atuação em processos históricos de domesticação da fauna e da flora selvagens, que se diferenciam de um local para outro por razões edafoclimáticas, econômicas, culturais e que, muitas vezes, também constituem o que chamamos de paisagem. A restauração ou reordenamento precisa, portanto, ter em conta as transformações operadas pelo homem e conciliá-las com a tentativa de conservar pelo menos parte da sociobiodiversidade, sem que isso destrua os vestígios da presença do homem naquele território e das suas sedimentações feitas ao longo do tempo.

Enfim, retornando ao nosso tema das raízes territoriais da ecologia, acreditamos que agora podemos defini-las minimamente. Em primeiro lugar, a prática ecológica deve ter em conta as condições do sistema global, isto é, os critérios teóricos e práticos que sustentam uma boa/adequada ecologia terrestre: isto diz respeito, em particular, às regras de gestão dos grandes bens comuns, o ar, a água doce, os oceanos, os solos, as florestas, as faunas, que devem ser considerados nas suas interações globais, mas que terão, necessariamente, de ser adaptados às diferentes fases do que chamamos de ciclo TDR em cada território. As técnicas e tecnologias homogeneizadas mundo afora geram severos impactos ambientais e sociais, como sabemos muito bem. Então, devem ser ajustadas aos ecossistemas e aos grupos e classes sociais, em cada tempo-espaço, conforme os objetivos, as metas, os deijos e as necessidades tendo bem vista do bem-estar de todos e, obviamente, a sustentabilidade de longa duração.

Os grandes ecossistemas terrestres não estão todos na mesma fase de utilização e saúde ambiental, assim, a sociedade como um todo, e as populações locais de maneira específica, devem assumir a responsabilidade de cada ato e decisão cotidiana. “Simplesmente”, cada um de nós, em diferentes escalas de ação, precisa fazer a sua parte para atingir as metas de

descarbonização e proteção do que ainda resta dos grandes biomas e das singularidades culturais de cada povo. Uma vida, é a vida de todos! A vida de todos, é a vida de cada um de nós! As classes sociais não existem separadamente!

Esta tarefa não é fácil, evidentemente, pois exige consciência e prática cotidiana na direção da sustentabilidade territorial, considerando a sua pluridimensionalidade econômica, natural, política e cultural. Este conjunto de atividades pressupõe uma partilha de conhecimentos científicos e técnicos para a correta gestão de cada ecossistema, de acordo com suas singularidades e com os princípios da ecologia, considerando as infundáveis interações sociais-naturais-cosmológicas, atuando sistemática e localmente, a partir de cada tempo e espaço de vida.

Pensar globalmente significa partilhar objetivos, conhecimentos e técnicas. Ou seja, permitir que cada população discuta e desenhe o seu próprio futuro sustentável a partir de uma dupla perspectiva: aquela que diz respeito à humanidade e ao planeta como um todo e aquela que diz respeito ao seu território e às suas especificidades como grupo e classe social. Os desejos e as aspirações são diferentes entre os distintos grupos e classes, também variam no tempo e no espaço.

Agir localmente, debatendo e refletindo, significa enraizar os princípios ecológicos no território, conhecê-lo melhor, definir as intervenções de que se necessita para viver e, por fim, implementá-las de forma adequada, tendo em conta a situação real, os custos da intervenção (apropriação e transformação do espaço em território, econômica, política e culturalmente, no campo e na cidade), os objetivos e projetos das populações locais, ao mesmo tempo, contrastando e tentando superar as tendências de homogeneização do consumo, de contaminação e degradação ambiental, de inferiorização do outro e expropriação, de guerras etc. Rupturas profundas, portanto, são urgentes e vitais!

No fundo, as diferentes populações precisam saber utilizar os princípios gerais da ecologia e do conhecimento científico, numa dupla perspectiva: participar do esforço coletivo para travar a degradação do planeta e, ao mesmo tempo, para enraizar esses princípios nas escolhas que farão a partir das suas necessidades e desejos, construindo seu próprio território do bem-viver.

Como sabemos, as desigualdades entre grupos, classes e povos, bem como entre países, são imensas e graves. Muitos países ainda têm de produzir a sua economia-cultura-política para permitir a vida sustentável da sua população. Muitas vezes possuem reservas extraordinárias de biodiversidade, mas correm o risco de destruí-las a partir das escolhas econômicas que fazem, normalmente, condicionados por grandes empresas transnacionais e, também, sem o necessário

domínio técnico, tecnológico e científico para manejá-los de forma sustentável. Já os países mais avançados tecnológica e cientificamente, destruíram parte do seu patrimônio natural e trabalham com grande dificuldade para reconstituí-lo. E, claro, muita gente ainda espera que alguém se preocupe e trabalhe a favor da saúde do planeta.

Não é fácil imaginar como podemos debater e definir acordos globais que sejam satisfatórios para todos: o certo é que o nosso planeta não será salvo se cada um de nós não procurar e atuar, efetivamente, na sua própria história e cultura, reconhecendo e valorizando as raízes de uma ecologia adaptada a cada território. Por isto, a socialização de conhecimento é fundamental, em diferentes escalas de pesquisa e ação, identificando, representando, compreendendo e potencializando os conhecimentos locais que, ao nosso ver, são essenciais para o conhecimento global que poderá nos salvar do colapso. Mas, como isto pode ser feito?

Ecologia política e práxis territorial

Quando lemos textos que contêm metanarrativas, sejam elas consideradas “modernas”, “pós-modernas” ou descoloniais, normalmente, não identificamos qualquer sinal de como podemos construir territorialidades responsáveis ambiental e socialmente, em processos economicamente solidários e sustentáveis para toda a humanidade.

Por isto, nesta segunda parte deste texto, vamos delinear algumas técnicas e procedimentos sobre os quais muito aprendemos no decorrer das nossas trajetórias de ensino, pesquisa, extensão universitária e gestão territorial do (des)envolvimento. A ideia central é colocar em debate estas considerações diretamente relacionadas à nossa práxis territorial mediada por uma ecologia política que consideramos histórico-crítica, relacional e pluridimensional.

Tendo como base as mudanças climáticas globais dos últimos 30 anos e os bilhões de pessoas que passam fome diariamente, morrem de doenças simples, são expropriadas todos os dias pelos mais diversos motivos, a práxis torna-se conceito e prática vital para muita gente. É essencial porque é uma unidade necessária entre ciência e sociedade, população e ambiente, universidade e território, na direção da construção participativa e dialógica de soluções para que possamos viver mais e melhor em cada tempo e território. É vital porque revela um dos segredos do homem (todos e todas, dos diferentes gêneros) como ser criativo e compreensivo, unindo, cotidianamente, teoria e prática, razão e emoção (Kosik, 1976 [1963]).

Neste sentido, vale a pena lembrar Bonilla, Castillo, Fals Borda e Libreros (1972), ao reafirmarem que não é suficiente conhecer a realidade: é preciso transformá-la por meio de uma

“ciência popular”, na qual o pesquisador tem algum envolvimento direto com a sociedade que está próxima (sem desconsiderar, obviamente, territorialidades mais largas espacialmente). Ciência esta que, na práxis cotidiana, é qualificada (por) e contribui para qualificar nossa posição política e intelectual (Fals Borda, 2015 [1970]).

A ciência popular feita diariamente influencia a qualificação da consciência política, portanto, é fundamental para a produção da autoconsciência na relação de interdependência com o outro, com interações locais-globais indissociáveis. Sem a prática coerente com a teoria, com nossos discursos e concepções teórico-metodológicas, nossos conhecimentos científicos perdem significativamente sua importância para a população do planeta. Por isto, metanarrativas empolgantes e empolgadas, sobre libertação e ecologia política, também perdem parcialmente seus significados quando acontecem de forma desligada da cotidianidade das classes sociais mais vulneráveis e da saúde do planeta.

Desse modo, ciência popular e acadêmico-científica, cooperação e solidariedade entre distintos sujeitos, unidade teoria-prática, são essenciais para a conquista de autonomia decisória e emancipação política, libertando-nos da dependência e da colonização, da subordinação e da alienação (FANON, 1974). Libertamo-nos como corpo/natureza/espírito/sociedade, como família, grupo e classe social, numa ecologia praticada e refletida, simultaneamente, a favor de todos, a partir das singularidades de cada território, articulando aprendizagens e soluções comuns.

Então, a ecologia política ganha muito mais sentido ambiental, político, cultural e mesmo econômico (pluridimensional), quando rompemos drasticamente com a separação teoria-prática, trabalho manual-intelectual, universidade-sociedade, sociedade-natureza, inovação-tradição, ciência-saber popular, países do Norte e do Sul. A práxis ora argumentada é fundamental na superação de princípios e práticas colonizadas e colonizadoras, economicistas e globalizantes, desmascarando o fetiche de que estes últimos processos sejam a única via para todos e todas, em qualquer tempo-espaço.

Para este rompimento, uma das condições fundamentais é superar, no nível da práxis universidade-território, ou seja, da produção de técnicas, tecnologias e ciências, a histórica dependência de muitos países do Sul em relação ao Norte, em especial, dos EUA e da Europa, identificando, mapeando, compreendendo e revalorizando os saberes das mulheres, dos indígenas, africanos, pescadores, camponeses e operários.

No Sul, equivocadamente chamado de “Sul Global”, normalmente, força-se, no nível político-econômico e ambiental-cultural – portanto, também no âmbito intelectual e epistêmico –, a utilização de teorias e métodos eurocêntricos centrados na racionalidade científica que

hierarquizada, subalternizada, classifica, inferioriza pessoas, saberes, técnicas, ecossistemas, territórios; força-se a utilização de técnicas e tecnologias, já evidenciadas na primeira parte deste texto, muitas vezes, inadequadas com as condições edafoclimáticas e culturais do diverso e heterogêneo território dos países colonizados histórica e geograficamente.

No Sul, normalmente, no “interior” da reprodução ampliada do capital, portanto, da globalização, força-se a inserção em longas redes, nas quais os transportes são caros e poluentes, servindo de mediação para a reprodução da colonialidade e da dependência de financiamentos e tecnologias dos principais centros econômicos do planeta.

Assim, na colonialidade, ou, no “horizonte colonial” da chamada “modernidade” ocidental perpetuado ao longo dos últimos cinco séculos, há extermínio, escravidão, colonização, inferiorização e classificação, degradação e contaminação ambiental (Ceceña, 2006; Quijano, 2006; Maldonado-Torres, 2019; Saquet, 2019b, 2022). A “modernidade” e a colonialidade são processos que se condicionam mutuamente, embora muitos acreditem que exista, com a “modernidade”, uma revolução criadora de um mundo novo (Camus, 2019 [1951]).

Portanto, a “modernidade” está diretamente vinculada à subalternização das culturas distintas da europeia e à globalização econômica, já citada, transgredindo-se espaços e tempos, sujeitos e grupos sociais, privatizando-se corpos, terras, climas, águas e conhecimentos que servem aos dominadores para perpetuar uma ordem decidida por poucos, altamente violenta e depredadora do ambiente. Desse modo, a “modernidade” tem um horizonte depredador, separando-se a sociedade da natureza, conhecimento e prática, destruindo-se a tradição (Raffestin; Bresso, 1982).

Esse horizonte colonial e depredador, subordinante e degradante, que faz parte da “modernidade”, também é arbitrário, autoritário, tecnológico e científico, no qual a sociedade burguesa é a que mais se beneficia do que se entende por progresso (Camus, 2019 [1951]). E mais, processo este reproduzido, muitas vezes, por dentro da universidade europeizada e norteamericanizada, por meio de teorias e métodos globalizantes, universalizantes e academicistas que precisam ser subvertidos drasticamente.

Para a subversão político-cultural e ambiental-econômica, uma das condições essenciais é a consciência de si servindo de base para a conquista de autonomia em decisões de um futuro comum. Autonomia e emancipação que podem ser conquistadas no processo de territorialização a partir da dialética sociedade-espaço-tempo, na qual a territorialidade e as sinergias podem significar um trunfo vital (Raffestin, 1977, 1993 [1980], 2010).

Trunfo que se manifesta na territorialidade de mobilização e educação, de conscientização político-ambiental e de cooperação e solidariedade, consoante já experimentamos, no campo e na cidade, em distintos projetos de pesquisa-ação-participativa (Saquet, 2017, 2019b, 2019a, 2021, 2022). Aí, na nossa práxis territorial, apesar de todas as dificuldades que já enfrentamos, acreditamos que temos vivido o ser pesquisador numa relação sujeito-sujeito, na interface ciência-saber popular, universidade-território, na qual a natureza está em nós (e fora dos nossos corpos) e é patrimônio da humanidade. Processo no qual contribuímos, ao longo do tempo, para a produção de alimentos agroecológicos e artesanais voltados para as populações locais, diminuindo custos de transporte e a geração de gás carbônico.

Claramente, as práticas agroecológicas pesquisadas e as redes curtas identificadas, ampliadas e qualificadas, dentre as práticas camponesas, revelam uma estreita ligação entre comida e território, produtor e consumidor, certificador e produtor, técnico e vendedor, com a valorização dos produtos e das relações pessoais, bem como, manejando adequadamente o solo e as águas, a cobertura vegetal e a fauna (Saquet, 2017).

Então, estamos acreditando numa concepção de ecologia política feita na práxis territorial cotidiana, ancorados cultural e territorialmente, valorizando as diferenças e as desigualdades, a cultura popular na construção do conhecimento, os circuitos curtos de circulação de pessoas, informações e mercadorias, o turismo ambiental e gastronômico, os distintos sistemas edafoclimáticos etc. Trata-se de uma ciência territorial, popular e sustentável, do presente e do futuro, sem desconsiderar o passado.

Nesta ciência, outra premissa fundamental é a participação social na tomada de decisões, entendida e praticada como identidade, envolvimento, (in)formação, discussão, respeito, cooperação e solidariedade, cuidando, simultaneamente, de si e do outro, da sociedade e da natureza. Então, o desenvolvimento poderá ser teorizado e praticado como envolvimento territorial, comunitário e sustentável. Assim também podemos coconstruir conhecimentos e soluções para o presente-futuro para e com a população de cada território.

Desse modo, outras condições essenciais são a auto-organização e a autoprojeção do futuro, sem desconsiderar, obviamente, a importância das políticas públicas que devem, embora isso quase nunca ocorra de maneira de fato sustentável, valorizar e fomentar iniciativas de envolvimento respeitoso e emancipador, com preservação da natureza. Com uma e(a)fetiva participação social, auto-organização e autoprojeção, conforme nossos projetos de pesquisa-ação-participativa revelam, estamos qualificando a consciência de classe e de lugar, bem como

a compreensão e prática de uma ecologia política adequada com as singularidades de cada território e tempo.

Também aprendemos, ao longo de muitos anos, que o método de pesquisa-ação-participativa é o mais completo e coerente que temos, atualmente, na América Latina, para compreender e atuar numa ecologia política que tem como base a sociedade-natureza-cosmologia como patrimônio da humanidade. Pesquisando e colaborando, podemos ganhar tempo e intensidade no atendimento das demandas mais urgentes das classes sociais mais vulneráveis.

Outrossim, sabemos que este método necessita ser elástico e versátil, centrado na autoaprendizagem e na aprendizagem mútua, sem desconsiderar, obviamente, outros processos correlatos. É aí no nível da horizontalidade da relação sujeito-sujeito e da cotidianidade que temos amplas condições de entender a profundidade da nossa vida, justamente em sociedade-natureza-cosmologia. Com imersão social e compromisso político-ambiental, podemos contribuir muito mais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

Por meio de “metodologias horizontais” (Kaltmeier, 2020), como essa da pesquisa-ação-participativa, centramo-nos no diálogo com grupos sociais diversos, e, como estes são portadores de múltiplos conhecimentos, pode ocorrer uma aprendizagem mútua, evitando-se hierarquias, contribuindo-se para coproduzir conhecimentos e soluções para todos, contribuindo para superar o economicismo predominante.

Nos projetos de pesquisa-ação-participativa que já realizamos, experimentando uma ciência territorial popular voltada à sustentabilidade, essas premissas são transformadas em práticas dentro e fora da universidade, ora denominadas de método das coexistências, assim resumido:

- i) Os sujeitos têm centralidade como natureza-sociedade-cosmologia, juntamente com suas famílias, estabelecimentos rurais e urbanos, comunidades, bairros e municípios. Sempre nos esforçamos para pesquisar e atuar em processos de pesquisa-ação pluridimensionais, interinstitucionais, intergeracionais, históricos e transterritoriais.
- ii) Normalmente, considerando as especificidades de cada projeto em termos de objetivos, sujeitos, metas, cronograma, equipe e condições de trabalho, levamos em conta a pesquisas bibliográfica e documental; a coleta, tabulação, análise dos dados secundários e primários; a representação cartográfica (social e digital); a realização de entrevistas e aplicação de questionários numa fase “exploratória”; a continuidade das entrevistas e dos questionários, transcrevendo-se as primeiras e

tabulando-se e analisando-se os dados oriundos dos questionários; a realização de cursos (in)formativos, de oficinas temáticas, assembleias decisórias, reuniões de planejamento e debates dos dados definindo, participativamente, as prioridades para cada plano de ação considerando a interdisciplinaridade, o envolvimento territorial e a sustentabilidade ambiental; a discussão e definição das cooperações necessárias para alcançar os objetivos e as metas, com instituições públicas, sindicatos, associações (urbanas e rurais) e ONGs, tem sido essencial, juntamente com a redação dos relatórios de cada projeto de pesquisa-ação e dos textos para socialização e publicação; outrossim, entregamos os relatórios para as instituições partícipes de cada projeto e realizamos as ações previstas, com nossa colaboração, acompanhamento e avaliação, priorizando, sempre, a produção agroecológica de alimentos e os circuitos curtos de comercialização e consumo, contribuindo para alimentar as populações locais.

E, como já mencionamos, de acordo com os objetivos e metas de cada projeto, a escala sempre assumiu centralidade, trabalhando-se o máximo possível nos níveis das ruas (no caso dos projetos de bairros urbanos) e dos estabelecimentos rurais (no caso dos projetos rurais), considerando-se as comunidades rurais e as principais redes formadas pelos sujeitos e suas instituições organizacionais. As redes sempre foram curtas, estimulando a cooperação e a solidariedade, bem como a eliminação dos intermediários mercantis. Coincidimos, portanto, com a afirmação de que “[...] a escala seleciona os sujeitos, os pontos de vista, os temas, os problemas, os dados, as representações e, definitivamente, os métodos e as categorias conceituais.” (Dematteis, 1999, p. 122).

Enfim, a metodologia de pesquisa-ação-participativa é, necessariamente, transversal e versável, quantitativa e qualitativa, produzida com compromisso político popular e imersão social: os roteiros para os questionários e as entrevistas, muitas vezes, são produzidos com os sujeitos de cada projeto; a cartografia social é fundamental, juntamente com as histórias de vida, as oficinas, as observações participantes, com o máximo possível de convivência cotidiana, numa ecologia política da práxis territorial.

Algumas palavras finais

É evidente que há muitos limites na práxis territorial popular e, quem tem experiência vinculada à pesquisa-ação-participativa sabe muito bem do que estamos falando. Há limites,

conforme aprendemos na nossa práxis de cooperação, em virtude da reprodução da dominação social e territorial, das promessas políticas que não podem ser cumpridas, da carência ou até mesmo da total falta de recursos financeiros para os camponeses, da falta de paciência para trabalhar com a pesquisa-ação-participativa, da urgência normalmente exigida na resolução dos problemas locais, do amplo predomínio das individualidades diante das relações comunitárias, das constantes tentativas de intervenção político-partidária, da gravidade de determinados impactos ambientais, da globalização econômica etc. As forças hegemônicas são fortíssimas, como sabemos muito bem.

Mesmo assim, acreditamos que estamos praticando premissas de uma ecologia política responsável com todos, vivendo territorialidades largas espacialmente, porém, em especial, circuitos curtos em territórios organizados em redes e com muito envolvimento territorial. Os resultados estão socializados em nossas publicações, para quem quiser conhecer, avaliar e criticar.

Por isto, também acreditamos numa contínua agenda de pesquisa-ação-participativa, feita no presente e no futuro, desde nossas distintas escolas, destacando os “territórios em redes” (estes significam cooperação, acordos, sinergias, complementaridade e confiança, em meio, evidentemente, às contradições, às disputas e aos conflitos inerentes à nossa vida cotidiana) para a construção dialógica e horizontal de projetos de envolvimento territorial de base local, participativa e ecológica.

Com pesquisa e mais cooperação, vamos fortalecer e qualificar as redes curtas de produção, comercialização e consumo de alimentos, sobretudo orgânicos, ampliando as práticas de resistência à globalização econômica e concomitante homogeneização da produção e do consumo. Envolvendo instituições locais, produtores e consumidores, como uma das possibilidades para eliminar intermediários e ganhar autonomia decisória, reforçar relações de ajuda mútua e socializar saberes, por meio da produção agroecológica de alimentos e de produtos típicos e tópicos, contribuiremos ainda mais para preservar a natureza - mãe de todos.

E isto pode ser feito, sim, tendo como referência a incessante construção de uma ciência territorial popular, diretamente relacionada ao movimento de práxis de uma ecologia política responsável social e ambientalmente, contribuindo para descolonizar teorias, métodos, categorias e conceitos, bem como outras práticas cotidianas que estão no “interior” da reprodução ampliada e avassaladora do modo capitalista de produção no nível planetário.

Para praticar uma ciência territorial popular e, de fato, sustentável para todos, é necessário mergulhar na cotidianidade e heterogeneidade de cada espaço-tempo, convivendo com os distintos sujeitos, partilhando experiências de vida, concepções de mundo, saberes,

técnicas e tecnologias. Para produzir esta ciência, é preciso coproduzir outras relações sociais, conhecimentos e soluções comuns para problemas que, muitas vezes, são comuns entre nós e, para gerar estes conhecimentos, relações e soluções, numa práxis ecológica como argumentamos, outra ciência é necessária!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, evidentemente, ao carinho sempre dedicado a nós por Claude Raffestin e Mercedes Bresso que, além de pesquisadores e militantes com as classes populares, tornaram-se nossos amigos no mesmo movimento de práxis territorial a favor de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

REFERÊNCIAS

- BELLIGIANO, Angelo e DE RUBERTIS, Stefano. Le filiere corte agroalimentari nei processi di sviluppo locale, *XXIV Convegno di Sinergie*, 2012, Lecce (Itália), p. 513-524.
- BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. *Causa popular, ciencia popular*. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.
- BRESSO, Mercedes. *Economia ecologica: La transizione ambientale verso uno sviluppo sostenibile*. Santarcangelo di Romagna, Rimini: Jaca Book, 2021.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2019 [1951].
- CECEÑA, Ana Esther. Uma versão mesoamericana da América Latina. In: NOVAES, Adauto (org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Ed. SENAC, 2006. p. 223-240.
- DANSERO, Egidio e PUTTILLI, Matteo. Multiple territorialities of alternative food networks: six cases from Piedmont, Italy, *Local Environment: the International Journal of Justice and Sustainability*, Londres, vol. 19, n. 6, 2014, p. 626-643.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). *I futuri della città – Tesi a confronto*. Milano: Franco Angeli, 1999. p. 117-128.
- FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, V. (org.). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1970]. p. 219-252.
- FANON, Frantz. *Dialéctica de la liberación*. Buenos Aires: Pirata, 1974.
- GILLY, J. P. e TORRE, A. Introduction générale. In: GILLY, J e TORRE, A. (Org.). *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000.

KALTMEIER, Olaf. Horizontal en lo vertical. ¿O como descolonizar las metodologías en contextos de extrema desigualdad y de la crisis planetaria? In: CORNEJO, Inés y RUFER, Mario (Org.). *Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología*. Buenos Aires: CLACSO; Ciudad de México: CALAS, 2020. p. 93-121.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 [1963].

MALDONADO-TORRES, Nelson. Da colonialidade dos direitos humanos. In: SOUSA SANTOS, B.; MARTINS, B. (org.). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 87-110.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, Adauto (org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Ed. SENAC, 2006. p. 49-85.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité. *Cahiers de géographie du Québec*, v. 21, n. 53-54, p. 123-134, 1977.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (org.). *Regione e regionalizzazione*. Milano: Franco Angeli, 1984. p. 69-82.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S.; COSTA, B.; SOUZA, E. (Org.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-23.

RAFFESTIN, Claude; BRESSO, Mercedes. Tradition, modernité, territorialité. *Cahiers de géographie du Québec*, v. 26, n. 68, p. 185-198, 1982.

SAQUET, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (org.). *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina: Madrepérola, 2019a. p. 33-49.

SAQUET, Marcos. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019b.

SAQUET, Marcos. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. *Revista NERA*, v. 24, n. 57, p. 54-78, 2021.

SAQUET, Marcos. *Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.

VENTURA, Flaminia; BRUNORI, Gianluca; MILONE, Pierluigi e BERTI, Giaime. Il web rurale: una sintesi. In: MILONE, P. e VENTURA, F. (Org.). *Reti rurali: il futuro verde delle regioni europee*. Roma: Donzelli Editrice., 2012. p. 55-82.